

**O RACISMO NA CARREIRA DE
ÁRBITROS NEGROS DE
FUTEBOL DO RIO GRANDE
DO SUL**

**RACISM IN THE CAREER OF BLACK
FOOTBALL REFEREES IN RIO
GRANDE DO SUL**

Fabricio Locatelli Ribeiro

Mestre em Diversidade Cultural e Inclusão Social/Universidade Feevale. Professor da Rede de Educação Básica do Estado do Rio Grande do Sul. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0634-4109>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2298303887969819>. E-mail: fabriciolocatelli@feevale.br

Margarete Fagundes Nunes

Doutora em Antropologia/UFSC. Pós-doutorado em Antropologia Social na Free University of Amsterdam. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2567-7643>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9222738367033579>. E-mail: nunes.margarete@gmail.com

Gustavo Roese Sanfelice

Doutor em Ciências da Comunicação/UNISINOS. Professor permanente do Programa de Pós-graduação em Diversidade e Inclusão Social/Universidade Feevale. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0159-3584>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6872949352496967>. E-mail: sanfeliceg@feevale.br

Resumo: O presente artigo traz as visões e as experiências de cinco ex-árbitros negros de futebol que iniciaram suas carreiras no Rio Grande do Sul. O objetivo deste trabalho é analisar a questão racial no futebol brasileiro a partir dessas narrativas. Os dados da pesquisa destacam a questão racial no futebol brasileiro atual com base em narrativas de cinco árbitros negros que atuaram no quadro de árbitros da CBF (Confederação Brasileira de Futebol). O estudo caracteriza-se como qualitativo, descritivo e interpretativo, utilizando como técnica de coleta de dados, entrevistas narrativas com cinco ex-árbitros negros de futebol do Rio Grande do Sul, que apitaram jogos da elite do futebol brasileiro entre 1985 e 2014. Assim, as narrativas demonstram a persistência do preconceito e discriminação raciais na trajetória profissional desses árbitros. Os dados da presente pesquisa contribuem para a reflexão sobre as relações raciais no país e para as estratégias de enfrentamento ao racismo.

Palavras-chave: Árbitros Negros. Futebol. Preconceito. Racismo. Questão Racial.

Abstract: This article presents the views and experiences of five black former soccer referees who began their careers in Rio Grande do Sul. The aim of this work is to analyze the racial issue in Brazilian soccer based on these narratives. The research data highlights the racial issue in Brazilian soccer today, based on the narratives of five black referees who worked for the CBF (Brazilian Football Confederation). The study is characterized as qualitative, descriptive and interpretive, using narrative interviews with five former black soccer referees from Rio Grande do Sul, who refereed elite Brazilian soccer matches between 1985 and 2014, as a data collection technique. The narratives demonstrate the persistence of racial prejudice and discrimination in the professional careers of these referees. The data from this research contributes to reflection on race relations in the country and to strategies for tackling racism.

Keywords: Black referees. Football. Prejudice. Racism. Racial issue.

INTRODUÇÃO

Foi a partir das teses dos chamados “homens da *Sciencia*” que se iniciou a difusão, no Brasil, das ideias sobre a suposta inferioridade biológica dos indivíduos negros. No livro, *O Espetáculo das Raças*, Schwarcz¹ se propõe a realizar uma história social das teorias raciais na sociedade brasileira, em especial, no período de 1870 a 1930. A autora mostra “como o argumento racial foi política e historicamente construído, assim como o conceito ‘raça’ que além de sua definição biológica acabou recebendo uma interpretação, sobretudo social”²

Isso ajuda a entender o pensamento base para a interpretação do desenvolvimento do Brasil como Estado Nação, no fim do século XIX, considerando que a Abolição (1888) e a Proclamação da República (1889) ocorreram em um curto espaço de tempo e no mesmo bojo social latente na sociedade brasileira daquele período. Porém, junto com a República, veio atrelado o processo cultural racista. Conforme Fernandes³,

[...] a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando-se sobre seus ombros a responsabilidade de reeducar-se e de transformar-se para corresponder aos novos padrões e ideais de homem, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e capitalista⁴.

Portanto, o conceito do racismo não pode ser desvinculado das raízes escravocratas. O novo período político do Brasil despertou o interesse de se desvincular da escravidão, todavia, ao invés de criar políticas sociais e de inclusão dos afro-brasileiros, os intelectuais e políticos brasileiros foram beber da fonte das teorias raciais da Europa Ocidental para formulação local - e não sem uma dose de originalidade⁵ – da ideologia do branqueamento. A inserção do negro na sociedade pós-escravocrata ocorreu de maneira lenta, com ocupações nos setores mais subalternos na sociedade. Segundo Fernandes⁶, essa integração foi retardada porque

¹ SCHWARCZ, L. M. *Espetáculos das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

² SCHWARCZ, 1993, p. 17.

³ FERNANDES, F. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo: Ática, 1978.

⁴ FERNANDES, 1978, p. 27.

⁵ SCHWARCZ, 1993.

⁶ FERNANDES, 1978.

o processo imigratório fomentado pelo governo nacional priorizou a utilização de mão de obra europeia, uma vez que, seguindo a teoria racial, os imigrantes brancos representavam o advento da civilização e da modernização da sociedade brasileira.

O estrangeiro aparecia, [...], como a grande esperança nacional de progresso por saltos. [...]. Desse ângulo, onde o 'imigrante' aparecesse, eliminava fatalmente o pretendente 'negro' ou 'mulato', pois entendia-se que ele era o agente natural do trabalho livre⁷.

Ou seja, o negro, além de não ganhar espaço nessa nova reformulação da sociedade brasileira, ainda foi jogado para setores mais subalternos, pois não obteve inserção no trabalho livre como foi proporcionado aos imigrantes. Os imigrantes, por outro lado, tiveram amplas possibilidades de ascensão social em função das condições que surgiam tanto nesse novo estágio de condições sociais quanto econômicas no país. Portanto, não foi dada ao negro a oportunidade de um novo modo de vida ao sair da amarra escravagista. Seu processo de inserção foi doloroso e excludente.

É isso que a história conta a partir dos estudos do brasilianista Skidmore⁸, o qual demonstra que essa teoria era aceita pela elite brasileira nos anos que vão de 1889 a 1914, justamente em seguida ao processo de abolição da escravidão. Ademais, essa teoria, segundo ele, “baseava-se na presunção branca, às vezes, pelo uso dos eufemismos ‘raça mais adiantada’ e menos adiantada e pelo fato de ficar em aberto a questão de ser a inferioridade inata”⁹. A elite brasileira, influenciada pelos estudiosos europeus e sem uma autocrítica, acabou por ressignificar as doutrinas europeias do racismo e do conceito de raça. Essa teoria evidenciou a marginalização do negro no mundo e no Brasil. No período pós-abolição, as teorias racistas contra o povo negro fomentaram o discurso de que ele não configurava a imagem do progresso, mas, por outro lado, era sinônimo de inferioridade racial, sendo colocado fora do processo intelectual, político e econômico. É necessário pontuar, contudo, que o branqueamento que enfatizamos não diz respeito apenas a um branqueamento do ponto de vista das pessoas, mas ao branqueamento da história, dos símbolos,

⁷ FERNANDES, 1978, p. 27.

⁸ SKIDMORE, T. E. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

⁹ SKIDMORE, 1989, p. 81.

tentando, desta forma, apagar e negligenciar tudo aquilo que tenha algum tipo de relação com aqueles que foram escravizados¹⁰. Como consequência do processo escravagista, a sociedade brasileira foi afetada como um todo, sendo que o futebol é o exemplo escolhido para retratar esse fenômeno nesta pesquisa.

Para tanto, destaca-se, nas narrativas e na escrita deste trabalho, uma experiência que passa pelo processo histórico do racismo no Brasil, assim como pelo racismo no futebol e, conseqüentemente, pelas narrativas e experiências vividas pelos árbitros negros, com vistas a, desta forma, poder contribuir para as reflexões sobre as relações raciais neste país.

Com base nesses elementos, o presente artigo tem por objetivo analisar a questão racial no futebol brasileiro, a partir das narrativas de cinco árbitros negros que atuaram no quadro de árbitros da CBF (Confederação Brasileira de Futebol) entre 1985 e 2014. Nesse contexto, este trabalho traz as visões e as experiências de cinco ex-árbitros de futebol que iniciaram suas carreiras no Rio Grande do Sul. Para a realização do trabalho, foram entrevistados: árbitro 1, árbitro 2, árbitro 3, árbitro 4 e árbitro 5 (para preservar a identificação dos mesmos, foram denominados por números). Esses árbitros são sujeitos que se prepararam profissionalmente, estudaram, realizaram os cursos necessários nas federações de futebol, fizeram testes físicos entre outras questões, porque vislumbraram a oportunidade de uma vida com melhores ganhos financeiros e com visibilidade nacional dentro do esporte mais jogado no planeta.

METODOLOGIA

Este artigo foi desenvolvido a partir de entrevistas narrativas com cinco ex-árbitros negros de futebol do Rio Grande do Sul, que apitaram jogos da elite do futebol brasileiro entre 1985 e 2014. O estudo caracteriza-se como qualitativo, descritivo e interpretativo.

¹⁰ Como aponta Gilberto da Silveira, militante negro, em entrevista cedida a Margarete Nunes. Ver: NUNES, Margarete F. NUNES, Margarete F. “*O Negro no Mundo Alemão*”: cidade, memória e ações afirmativas no tempo da globalização. 2009. 254f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

Como ferramenta metodológica para o desenvolvimento da pesquisa, utilizou-se a pesquisa narrativa. Para tanto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com sujeitos que permeiam o meio pesquisado e analisadas combinações das narrativas dos sujeitos e o contexto dessas na sociedade. As entrevistas seguiram uma estrutura, um roteiro, dos quais emergiram as narrativas, as *trajetórias* e os *projetos*¹¹ dos sujeitos da pesquisa, a partir do relato das suas vivências na arbitragem do futebol. Para o registro das narrativas, foram seguidas as fases apresentadas no Quadro 1, propostas por Jovchelovich e Bauer¹².

Quadro 1 - Fases principais da entrevista narrativa

Fases	Regras
Preparação	Exploração do campo Formulação de questões exmanentes.
1 Iniciação	Formulação do tópico inicial para a narração; Emprego de auxílios visuais
2 Narração central	Não interromper; Somente encorajamento não verbal para continuar a narração; Esperar para os sinais de finalização (“coda”).
3 Fase de perguntas	Somente “Que aconteceu então?”; Não dar opiniões ou fazer perguntas sobre atitudes; Não discutir sobre contradições; Não fazer perguntas do tipo “por quê?”.
4 Fala conclusiva	Parar de gravar; São permitidas perguntas do tipo “por quê?”; Fazer anotações imediatamente depois da entrevista.

Fonte: Jovchelovitch e Bauer¹³.

Primeiramente, é necessário pontuar que as entrevistas com os participantes foram agendadas pelo aplicativo de mensagem instantânea WhatsApp. Após o primeiro contato e com a organização da agenda dos árbitros, tendo todos sido solícitos e se disponibilizado para atender à expectativa de coleta de dados, o

¹¹ VELHO, 2003.

¹² JOVCHELOVITCH, S; BAUER, M. W. Entrevista Narrativa. *In*: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, p. 90-113.

¹³ JOVCHELOVITCH; BAUER, 2010, p. 97.

procedimento metodológico buscou registrar as narrativas de experiência pessoal¹⁴. Essa opção requer que o entrevistador conduza as entrevistas¹⁵, em vez de fazer perguntas objetivas, diretas e sequenciais, a partir de um roteiro semiestruturado que serve como um eixo norteador. Além disso, o entrevistador deve fazer poucas interferências durante a narrativa do entrevistado, de modo a encorajá-lo a falar sobre o assunto em pauta, nesse caso, o racismo no futebol na perspectiva de árbitros aposentados da elite do futebol profissional brasileiro.

As entrevistas para este trabalho foram realizadas on-line, por conta da pandemia do novo coronavírus, que requereu regras de distanciamento social. Sendo assim, para preservar a saúde e a segurança de todos os envolvidos, não foram permitidas realizações de entrevistas presenciais. Levando em conta o que foi dito acima, desenvolveu-se um roteiro semiestruturado com base nas orientações do artigo “Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa”¹⁶ e seguindo os critérios apresentados abaixo:

1. necessita fazer parte da experiência do informante, para garantir seu interesse e uma narração rica em detalhes;
2. deve ser de significância pessoal e social ou comunitária;
3. o interesse e o investimento do informante no tópico não devem ser mencionados, para evitar que se tomem posições ou se assumam papéis já desde o início;
4. deve ser suficientemente amplo para permitir ao informante desenvolver uma história longa que, a partir de situações iniciais, passando por acontecimentos passados, leve à situação atual;
5. evitar formulações indexadas, ou seja, não referir;
6. datas, nomes ou lugares devem ser trazidos somente pelo informante, como parte de sua estrutura relevante.

A partir dessa dinâmica as entrevistas foram conduzidas, estimulando as narrativas futebolísticas dos ex-árbitros, visando que as suas experiências fossem

¹⁴ MEIHY, J. C. B. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 2005.

¹⁵ MEIHY, J. C. B.; RIBEIRO, S. L. S. (org.). *Guia prático de história oral*. São Paulo: Contexto, 2011.

¹⁶ MUYLAERT, C. J. *et al.* Entrevistas Narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 48, n. 2, p. 193-199, 2014.

contadas. A interação entre pesquisador e entrevistado foi fundamental, assim como a exploração de todas as possibilidades cabíveis durante o processo extenuante de coleta de dados.

Os limites de uma pesquisa narrativa se expandem e se contraem, e onde quer que se encontrem e em qualquer momento são permeáveis, mas não permeáveis osmoticamente com as coisas tendendo a mover de uma maneira só, mas permeáveis interativamente¹⁷.

Isto é, o tensionamento entre o pesquisador e o participante vai estabelecendo sentido ao texto. O pesquisador tem sua bagagem teórica, um modo de pensar e de aplicar seus pensamentos, suas ideologias e teorias, assim como um direcionamento em sua forma de escrita do texto e, também, o que almeja com a produção. Ele precisa enfrentar as incertezas, pois o projeto inicial, com um caminho teórico claro para o processo investigativo, pode vir a ser questionado no decorrer das entrevistas. A cada momento temporal e factual narrado, o pesquisador estimulava que o entrevistado contasse com mais aprofundamento e detalhes tais acontecimentos, isso porque "as pessoas vivem histórias e no contar dessas histórias se reafirmam. Modificam-se e criam novas histórias."¹⁸ O Quadro a seguir apresenta os dados relativos aos entrevistados.

Quadro 2 - Perfil dos participantes do estudo

ÁRBITROS ENTREVISTADOS	PERÍODO EM ATIVIDADE	FEDERAÇÕES	FORMAÇÃO ESCOLAR
ÁRBITRO 1	1985 – 2000	FGF – CBF	Ensino Superior
ÁRBITRO 2	1990 – 2000	FGF- CBF- Aspirante FIFA	Ensino Superior
ÁRBITRO 3	1992 – 2010	FGF-CBF	Ensino Superior
ÁRBITRO 4	1999 – 2009	FPF – CBF	Ensino Superior Incompleto
ÁRBITRO 5	2004 – 2014	FGF- CBF- Aspirante FIFA	Ensino Superior

Fonte: elaborado pelo autor, 2023.

¹⁷ CLANDININ, D. J.; CONELLY, F. M. *Pesquisa narrativa: experiências e história na pesquisa qualitativa*. Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEL/UFU. Uberlândia: EDUFU, 2011.

¹⁸ CLANDININ; CONNELLY, 2011, p. 27.

Após concluir as entrevistas, os dados coletados foram transcritos. Para dar continuidade ao processo de análise, passou-se à etapa de textualização¹⁹. O objetivo final era chegar a um texto claro e fluente, que reproduzisse aquilo que foi dito e não dito. Nesse sentido, utilizamos primeiramente a transcrição das entrevistas. Meihy²⁰ define transcrição como uma teatralização, recriando a aura do momento da entrevista. A ideia é que a narrativa se transforme em um novo texto, proporcionando ao leitor as sensações provocadas pelo encontro. A partir disso, estabelecemos categorias temáticas, baseadas nos relatos dos entrevistados.

O RACISMO NA CARREIRA DE ÁRBITROS NEGROS DE FUTEBOL DO RIO GRANDE DO SUL

O árbitro é um ator que, sob pressão, contempla o espetáculo da bola. Seja em um estádio lotado com 50 mil torcedores ou em um estádio acanhado com 500 torcedores, o árbitro sempre será vaiado em função da cultura do futebol, jamais exaltado. Ele é o problema! Um exemplo claro disso são as polêmicas entrevistas dos profissionais dos clubes de futebol antes de um jogo importante. Em algum momento, será mencionada a capacidade do árbitro de futebol onde na maioria das vezes há polêmicas e contestações de suas decisões. Sabe-se disso acompanhando o esporte, pois, desde cedo, a criança é ensinada a desrespeitar o juiz de futebol. O pesquisador lembra da primeira vez em que foi a um estádio, aos seis anos de idade, quando ouviu, além dos cânticos e das vibrações a cada lance de ataque de seu time, xingamentos ao árbitro sempre que ele apitava uma falta contra seu time, mesmo que estivesse correto.

O árbitro 2 comentou sobre a pressão que o árbitro sofre por parte da imprensa e dos clubes de futebol, quando toma uma decisão precipitada. Ele disse: “aí o atacante erra 10 gols, mas se o juiz apitou algo ou o bandeira levantou a bandeira na hora errada por um milésimo de segundos, aquele lance vai passar a semana inteira na televisão, né, e aquela situação, aquele gol que o centroavante errou, né”.

¹⁹ MEIHY, J. C. B.; HOLANDA, F. (org.). *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.

²⁰ MEIHY, J. C. B. *Canto de morte Kaiowá: história oral de vida*. São Paulo: Loyola, 1991.

Ou seja, as cobranças inclinam-se para o árbitro, ele é o culpado pelo resultado negativo.

Isso marcou muito o pesquisador, o qual, ao longo dos anos, trabalhando a temática do futebol, verificou a carência de olhar para a figura do árbitro e pensar sobre ele. Como este trabalho se propõe a discutir o futebol a partir de questões étnico-raciais, utiliza-se a figura do árbitro negro para observar que o racismo é um sério problema histórico no Brasil. Para o árbitro 4, o árbitro negro sofre um duplo preconceito, de acordo com ele: “na arbitragem, um negro, ele sofre uma dupla discriminação, assim como uma mulher, assim como índios, assim ele sofre duplamente o preconceito. A partir dos 15 anos, eu tive essas primeiras experiências”. A fala do árbitro 4 pode ser compreendida com base nos estudos do historiador Kabengele Munanga, o qual apresenta uma definição significativa sobre o mito da democracia racial, que pode referendar as ideias trazidas neste artigo. Para Munanga²¹,

[...] o mito da democracia racial, baseado na dupla mestiçagem biológica e cultural entre as três raças originárias, tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira: exalta a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade²².

Essas afirmações podem ser complementadas com o discurso de mestiçagem, que é utilizado para identificar o brasileiro e colocá-lo na chamada democracia racial. A historiadora Schwarcz²³ referiu que, “[...] paralelamente a essa construção da mestiçagem ‘como produto nacional’, um claro processo de desafricanização de vários elementos culturais, simbolicamente clareados, se afirma”²⁴.

Dessa maneira, é perceptível que o negro sofre com o racismo no Brasil, como está sendo demonstrado neste trabalho. Mas, no caso dos árbitros negros de futebol, será que o brasileiro já parou para pensar sobre eles? Como, por exemplo, punindo

²¹ MUNANGA, K. *Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte, Autêntica, 2008.

²² MUNANGA, 2008, p. 77.

²³ SCHWARCZ, L. M. *O Racismo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2010.

²⁴ SCHWARCZ, 2010, p.11-12.

dentro da justiça desportiva e comum os envolvidos em racismo. Combatendo-o no futebol com veemência, por meio da conscientização, como parâmetro inicial, com campanhas organizadas e dirigidas por especialistas no tema do racismo no futebol. Isso, de fato, não acontece, mesmo após um caso de racismo no futebol explícito na mídia. Muitos casos, quando não abarcam os grandes clubes e campeonatos importantes, acabam nem ganhando manchetes. O que pode surtir efeito, a longo prazo, são as mudanças no Código Disciplinar da FIFA, feitas no ano de 2019.

Além dos ataques racistas, é preciso acrescentar as ameaças e a violência física sofrida pelos árbitros, o que foi relatado nas narrativas pelos árbitros 3 e 4. Comentando sobre a violência contra o árbitro de futebol, o árbitro 4 disse:

“Acompanhando meu pai, eu vi muito isso, é questão de agressão, não só o meu pai, aos colegas de trabalho, é uma rotina desde que eu iniciei na arbitragem tem essa questão aí da, da agressão, né, infelizmente, também não é ligada à questão da atividade, mesmo que sofre o preconceito, como, como eu estava falando, [...]”

O árbitro 3 narrou um episódio em que foi necessário sair de um estádio escoltado pela polícia. Segundo ele, isso acontecia muito, e a arbitragem só saía do estádio no camburão da polícia.

“Aconteceu muito de sair de camburão, muitos jogos de camburão [...] uma vez fizemos um jogo numa cidade que nós saímos da cidade e a Brigada nos tirou do campo, fomos para dentro do carro da Brigada. Tínhamos deixado o carro em outro lugar da cidade, aí chegamos lá, a Brigada nos escoltou e deixou lá, quando nós pegamos os carros, um cara veio atrás de nós [...] passou num Santana cantando pneu, os caras vieram atrás de nós [...] passamos no sinal vermelho e os caras ficaram, não conseguiram passar. E aí ele pegou e foi embora.”

A pressão psicológica e as agressões surgiram durante sua narrativa. Ele contou que urina e cerveja eram atiradas com frequência nos árbitros assistentes, pois ficam ao lado do campo em estádios onde o alambrado que separa o torcedor do campo é muito próximo – ficando o árbitro praticamente com os torcedores ao seu alcance, sendo apenas separados por uma tela. O árbitro 3 disse: *“essas que eu te falei de atirar cerveja, naquela época [se refere aos anos 1990], atiravam mijó também, mas, era difícil, era difícil, mas a gente conseguiu passar por tudo”*.

Sobre a carreira e o racismo, o árbitro 4 mencionou disse que se preparava para enfrentar as agressões verbais, partindo de sua perspectiva individual de carreira na arbitragem de futebol. Para ele, *“o cara tem que ter um código muito forte para não*

se abater, para não se abalar nessas coisas. [...] botou na cabeça. Pronto, já vai, vai dar errado!” Essa afirmação pode ser fundamentada por Velho²⁵, segundo o qual, “o indivíduo antecipa seu futuro a partir de um projeto individual, sendo este o instrumento básico na negociação da realidade. Com ele, o sujeito, a partir dos campos de possibilidade que vislumbra”²⁶, pode imaginar *status* e cargos que poderá ocupar no futuro. Como se percebe na fala dos entrevistados, que passaram por todo um processo de preparação até alcançarem posições de destaque em suas carreiras, cada um deles vislumbrou uma carreira no futuro, todos tinham projetos que se alternaram, cada qual em suas respectivas trajetórias, mas todos trilharam o caminho que os levou à profissionalização na arbitragem de futebol.

“Hoje, eu estou à frente da Comissão Estadual de arbitragem do Rio Grande do Sul, como membro técnico, pois, em 2010, quando eu deixei a arbitragem, eu fui convidado pela direção da Federação Gaúcha de Futebol, pelo senhor Francisco Novelleto, a compor a comissão de arbitragem. Isso também me deixa muito orgulhoso, porque o importante de tudo isso é se deixar um legado, socializar informações, transmitir aquilo que você já passou.” (Árbitro 2).

Em relação a essa questão, para Velho, “o campo de possibilidades também pode se modificar com novos projetos, outros significados são atribuídos à realidade que vivencia, de modo que o processo de negociação e metamorfose do indivíduo se torne recorrente nesse cenário”²⁷. Contudo, o racismo é um fator problemático na trajetória e nas carreiras desses árbitros. O árbitro 1, quando falou sobre a temática do racismo, colocou sua análise entre o que ele entende por “*diferença nas formas como o racismo é exposto e também combatido na sociedade*”. Ele utilizou uma comparação entre EUA e Brasil. Na visão do ex-árbitro de futebol,

“Nos Estados Unidos, existe o racismo. Existe um negro que se rebela com muita facilidade. O branco que demonstra que é racista lá em determinadas regiões, como o próprio Texas e outras regiões por lá, já no Brasil, a coisa era mais velada, o pessoal arrasta uma conversa contigo, mas ele não deixa transparecer, dependendo da situação, que ele é um racista. Isso principalmente nós temos muita dificuldade de a gente perceber, mas a gente não vê claramente, não faz questão de não demonstrar discurso, porque o negro é, porque eu inclusive tenho um amigo meu que é negro.” (Árbitro 1).

²⁵ VELHO, G. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2003.

²⁶ VELHO, 2003, p. 46.

²⁷ VELHO, 2003, p. 41.

Ele ressaltou a questão do racista que utiliza o negro como escudo para o racismo: “tenho um amigo negro”. Então isso seria um alibi para se proclamar uma pessoa não racista. Conforme Karnal,

Na verdade, qualquer brasileiro soube, até a Lei Afonso Arinos, em julho de 1951, e mais tarde com a criminalização do racismo na Constituição de 1988, essa separação sempre foi tão suficientemente clara e direta que não era necessário um ônibus ou um bebedouro em local público para negros. Sempre mantivemos uma característica portuguesa, que é distinta da anglo-saxônica²⁸.

O árbitro 1 relatou que no interior gaúcho, em algumas regiões da serra, tanto em ambientes de colonização alemã quanto italiana, nos anos 1985/1986, muitas vezes, os jogadores falavam pouco português ou nem falavam. Em determinada ocasião, naquela época, foi obrigado a parar o jogo, pois não entendia os xingamentos que eram direcionados a ele e também aos jogadores. Concluiu que se tratava de agressões verbais por meio dos gestos e da expressão enérgica com que o olhavam. Sendo assim, ele parou o jogo e ordenou que fosse falado apenas português em campo.

“Eu trabalhava no profissional, mas também apitava jogos amadores em Nova Petrópolis, Gramado, São Francisco de Paula, são regiões de origem germânica e italianas [...], os alemães, por exemplo, não sabiam falar português. Eu abro o jogo como árbitro e nem um jogador falava português - uma vez eu fui obrigado a parar um jogo e disse: olha, vocês estão se ofendendo, né, estão um ao outro em alemão e daí eu fui obrigado a criar uma regra, a partir desse minuto de jogo, eu não autorizo mais ninguém a falar alemão aqui. Eles estavam me xingando pelo semblante e pelo dedo em riste. Então foi uma maneira que eu achei de resolver aquela questão.” (Árbitro 1).

A partir da fala do árbitro 1, pode-se compreender o tensionamento da questão racial no futebol brasileiro, o que nos leva aos estudos de Florestan Fernandes, que critica a democracia racial ao afirmar que se confunde tolerância racial com democracia racial²⁹. Segundo Fernandes, a democracia racial é impossível de ser alcançada. O Brasil é conduzido por um padrão de relação social construído e mantido por uma sociedade escravagista, sendo as relações raciais configuradas de forma a manter a relação entre negros e brancos sob o signo da sujeição hierarquizada.

²⁸ KARNAL, L. *Todos contra todos: o ódio nosso de cada dia*. Rio de Janeiro: LeYa, 2017. p. 31.

²⁹ FERNANDES, F. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difel, 1972.

Enquanto essas relações prosseguirem, a distância socioeconômica e política entre negros e brancos continuará a existir. Fernandes afirmou:

Os resultados da investigação que fiz [...] demonstram que essa propalada 'democracia racial' não passa, infelizmente, de um mito social. É um mito criado pela maioria e tendo em vista os interesses sociais e os valores sociais dessa maioria; ele não ajuda o 'branco' no sentido de obrigá-lo a diminuir as formas existentes de resistência à ascensão social do 'negro'; nem ajuda o 'negro' a tomar consciência realista da situação e lutar para modificá-la, de modo a converter a 'tolerância racial' existente em um fator favorável a seu êxito como pessoa e como membro de um estoque 'racial'.³⁰

O árbitro 3 comentou que bloqueava os insultos, quando percebia que estavam acontecendo: “bloqueava e me concentrava no jogo, confesso que eu escutava e isso me irritava”. Já o árbitro 1, comentou que, na visão dele, no final da década de 1980, não existia esse rigor da justiça desportiva e da justiça comum sobre casos de racismo, na sociedade em geral, nem especificamente no futebol. Conforme o árbitro, os próprios negros também deixavam de relatar casos de racismo nessa época com medo de se incomodar ou de ir para a “geladeira”, ou seja, sofrer represálias, não ser escalado, ser considerado um árbitro encenqueiro. De acordo com seu relato,

“Os próprios colegas nossos, negros, os próprios colegas – sofreu racismo? Não bota isso na súmula, só vai te incomodar, tu vais criar a situação e depois que não vai nem poder voltar para trabalhar nesse estádio. Nessa época, denunciar o racismo seria o mesmo que arrumar problema. Isso era dito nos bastidores, me chamavam e diziam: cara, esquece, para mim não. Então, dentro da Federação, deixa só que dentro da Justiça coisa nenhuma, quando sofremos uma certa represália, a gente não sofria pressão interna, tipo assim, só vai arrumar problema para a federação, mais vai ganhar uma punição que se chama geladeira. Fulano foi lá, deu problema no jogo de racismo.” (Árbitro 1).

Já nos dias de hoje, o árbitro 1 destaca que as coisas são diferentes: “eu, por exemplo, nunca me calei, sempre busquei as medidas cabíveis para punir agressores”. Tanto que, há seis anos, o ex-árbitro ganhou uma ação no valor de 28 mil reais por causa desse caso. Ele relatou:

“Eu saí para o campo e o dirigente falou: ‘nego sujo’, ele falou, foi expulso do jogo, falou um monte de coisa para não ir, aí meu colega quer voltar para tirar a limpo. Eu fui para a justiça, foi uma época que a gente contou que a justiça já não estava mais tão tolerante.” (Árbitro 1).

³⁰ FERNANDES, 1972, p. 41.

O árbitro 1 evidenciou os ataques racistas sofridos por árbitros negros, como o medo de represálias por parte das federações, a violência sofrida no campo de jogo, seja por parte dos torcedores ou dos jogadores, assim como mostrou também como o árbitro negro enfrenta esse abismo racial brasileiro. Análogo ao que foi narrado pelos entrevistados, Munanga e Gomes³¹ também afirmam que “o abismo racial brasileiro existe, de fato, e são as pesquisas e estatísticas que comprovam as condições de vida, emprego, escolaridade entre negros e brancos que comprovam a existência da grande desigualdade racial em nosso país”³².

Essa desigualdade está presente em uma estrutura racista, somada à exclusão social e à desigualdade, que atinge a população negra e, de um modo particular, prejudica os negros.

O árbitro 4 relata que no decorrer de sua carreira, ouviu nos bastidores falas como: “não manda aquele negrão”. Passagens ouvidas pelo árbitro 4:

“Não manda aquele Negrão, mas manda Fulano, às vezes não trata com o nome, né, para não dar problema, não me manda fulano. A arbitragem é uma coisa muito polêmica, muito problema, é sempre muita polêmica e ela sempre tá cercada de interesses [...] trabalho honestamente e, mesmo ao tomar decisões corretas, o cara que perdeu ele vai achar uma justificativa dentro do que tu decidiste, muitas vezes, entendeu? Tu deste um pênalti contra ele na casa dele, aquela coisa toda, mas ele achou que não foi pênalti, uma coisa clara declamada, mas poderia não ter dado, ele já vai ser barrado e, se ele então for de cor, aqui no Rio Grande do Sul. Aí sim, aí ele vai ser uma pessoa não grata por muito tempo.” (Árbitro 4).

Nesse trecho, o árbitro 4 demonstra como a desigualdade racial prejudica o trabalho do profissional negro na arbitragem, pois, além da pressão que já existe com relação à equipe de arbitragem em uma partida de futebol, principalmente no contexto em que ele se inseria (campeonatos de visibilidade nacional), ainda enfrentava o racismo. O que faz pensar no processo de hierarquia definido pelos dominantes sobre os dominados, assim como ocorria no Brasil no período escravocrata, pois, se não tivesse havido a hierarquia racial no país, a escravidão não teria sido possível³³. Também não teria sido possível utilizar práticas teológicas para justificar a inferioridade de negros e negras. O racismo se manifesta em diferentes tipos de

³¹ MUNANGA, K.; GOMES, N. L. Para entender o negro no Brasil de hoje. In: AÇÃO EDUCATIVA (org.). *Viver, Aprender Unificado*. São Paulo: Global Editora, 2010.

³² MUNANGA; GOMES, 2010, p. 172.

³³ FERNANDES, 1972, p. 42.

divisões e exclusões, como no trabalho e no conhecimento científico, conforme expôs o árbitro 5, cuja qualidade de escrita foi questionada no preenchimento das súmulas depois dos jogos. Ele narrou um episódio que ocorreu com ele:

“Depois que comecei a apitar, já no primeiro ano de Gauchão, eu me lembro que um membro da comissão de arbitragem me convidou para ir na casa dele, porque ele tinha que me passar umas orientações com relação à arbitragem, como é que poderia me desenvolver e poderia gerenciar a carreira e tal, ele terminou de passar essas orientações, ele não deu nem tempo, assim, ele foi e catou o papel e começou a olhar para a letra. “É tu que escreve a tua súmula mesmo?”. “Sim! Sou eu que escrevo a súmula!”. “É que nós estamos em dúvida se alguém te ajuda, porque é uma letra muito bem, uma letra muito bonita, bem escrita e tal e o português correto”. Ai eu disse assim: “com relação ao preenchimento da súmula, tu estás achando que eu não tenho capacidade intelectual de preencher uma súmula?”. “Não, é porque a letra é muito desenhada”. Ali eu senti a primeira escorregada da comissão de arbitragem com relação à desconfiança que se tinha. Desenvolver e escrever uma súmula é uma coisa básica, a minha mãe é professora de português e uma das maiores cobranças que nós sempre tivemos era escrever corretamente.” (Árbitro 5).

Sodré³⁴ situou o imaginário como configuração importante quando se trata da representação negativa do negro na sociedade brasileira, baseando-se historicamente na relação hierárquica entre senhor e escravo³⁵. Essa relação, legitimada no discurso social, encontra-se travestida da ocasionalidade característica do discurso de equidade racial. O sociólogo Muniz Sodré aborda o imaginário racista advindo das elites dominantes, que vai sendo processado na sociedade de tal forma que permeia o discurso popular e que se perpetua pelos espaços de sociabilidade, assim como nos campos de futebol. Como foi relatado pelo árbitro 5, no ano de 2005 sentiu esse processo de discriminação durante um jogo que apitava.

“Quando eu já estava pensando profissionalmente, em 2005, o caso que saiu através dos olhos da Zero Hora, com Danilo Mior, irmão do Casemiro. Era final do jogo de 3 a 0 para Caxias, em Caxias do Sul, terra em Caxias do Sul, mas não foi com o Caxias daquele dia. Dei tiro de meta, o tiro de meta, ele me chamou de ‘coitado’, ‘ladrão’, eu ia reiniciar o jogo, eu voltei e comecei a caminhar até a direção dele, pedi para repetir: ‘repete o que você falou, repete o que tu falou!’ E aí, os jogadores começaram a fazer uma cobertura simples com ele dentro da casa mata [...] e: ‘não, não dá bola, não falou nada’. ‘Falou!’ Já chamei o policiamento, que tirou ele, tirou e para tu ver como são as coisas [...] ele indo com a polícia até o vestiário, me chamando de tudo! Preto, nego morto de fome, favelado.” (Árbitro 5).

³⁴ SODRÉ, M. *Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

³⁵ SODRÉ, 1999, p. 244.

Seguindo o que Muniz Sodré apresentou sobre a perpetuação da estrutura racista do período escravocrata e a fala do árbitro 5, chega-se a outro episódio relatado pelo ex-árbitro. Um ano após o ataque racista relatado anteriormente, mais uma vez o racismo surgiu na vida dele. Outra vez com o agravante se manifestando em seu ambiente de trabalho. O árbitro 5 narrou um episódio ocorrido em 2006, o qual configurou a representação negativa construída no imaginário social sobre o negro na sociedade brasileira, alicerçada na herança escravagista, que o persegue até hoje.

“[...] Depois aconteceu em 2006, no Campo do Cruzeiro, antigo Estrelão, aqui na Protásio Alves. O goleiro do Cruzeiro e Caxias também. E aí, o goleiro do Cruzeiro, no final do primeiro tempo, ele passou por mim, me chamou de preto ladrão. só que o policiamento tava vindo na minha direção para fazer aquele protocolo de conduzir, fechar, o policial escutou [...] queria representar previsão para ele ali, para o segundo tempo inteiro preso dentro do vestiário e, no final da partida, entre o critério para mim pedir desculpas para sair do Palácio da Polícia, fiz o BO, não deu em nada, porque era véspera de eleição e tem o artigo 10, na véspera de eleição ninguém pode ser preso, representei e não deu nada na Federação, ele foi punido com 10 jogos, não tinha que cumprir 10 partidas esportiva. Sempre se passa um pano, não se leva adiante [...]” (Árbitro 5).

A narrativa do árbitro 5, exemplifica, mais uma vez, o pensamento de Muniz Sodré, sobre o imaginário racista, o qual representa, na sociedade, de forma depreciativa, a imagem do negro. Isso vai legitimando, no discurso social, um papel de subalterno para o negro, sempre negando a ele os espaços de poder. Como se pode observar a partir do que foi relatado pelo ex-árbitro: *“só que daí, de 2006 a 2014, principalmente na Serra, eu não aquecia no campo e ouvia: ‘volta para selva, volta para o circo’, ‘nego sujo’. E um grito que eles gostavam de dizer bastante na Serra: ‘matar negro é adubar a terra’”*. E ele segue sua narrativa:

“E aí, no dia 5 de março, eu fiz todo esse processo [...], os meus colegas foram aquecer no campo. Eu aqueci no vestiário, no intervalo da partida, eu já fui xingado de tudo, na volta do intervalo novamente e, no final da partida, novamente, em todos os momentos. É sempre constante as agressões, desde o início, antes de começar, no final do primeiro tempo, da volta do segundo tempo. E, no final da partida, eu parei com distância dos torcedores e questionei o senhor estava com o filho, o neto, eu perguntei se era aquilo ali que ele tava ensinando para o filho dele. Ele me mandou a merda, que não passava de um favelado, não sei o que tal. E eu disse: ‘uma boa semana para o senhor também!’ E desci para o vestiário, tomei meu banho. Quando abri a porta do vestiário para pegar o meu veículo, que estava no estacionamento do estádio, meu veículo estava com as portas amassadas a pontapés. Estava na escuridão e havia cascas de banana em cima do capô. Eu disse: ‘ô Barizon, olha o que os caras fizeram no meu carro’. Aí ele saiu do vestiário e olhou meu carro com as portas amassadas, viu as cascas de banana em cima. Tirei o carro para tirar foto e colocar no local com mais qualidade para fazer as fotos e depois a fui dar partida no carro e não ligava, da quarta vez, acabou caindo duas bananas do escapamento. Negócio, tipo assim, sem medo algum de quem fez [...]. Os jogadores do

Esportivo, que estavam no refeitório jantando, saíram para me perguntar o que tinha acontecido. Eu mostrei meu carro e contei tudo que estava acontecendo. [...] Ele comenta que um jogador do Clube Esportivo, o qual era o mandante da partida e onde tudo aconteceu, afirma que: Adriano Chuva me levou um pouquinho mais afastado e desabafou: ‘aquí a gente prefere inclusive jogar fora do estádio, fora da cidade, para não ficar passando por eles aqui, pois nos chamam de morto de fome, nego sujo, de favelados’, isso, cara, no centro da cidade.” (Árbitro 5).

A escravidão brasileira ³⁶, assim como toda “escravidão moderna”, caracterizou-se pela apropriação do esforço humano para objetivos mercantis determinados. O homem negro escravo era entendido como um bem mercantil³⁷. O árbitro 5 afirmou que esse episódio foi decisivo para acabar com sua carreira de forma precoce por causa do racismo: *“Eu tinha 37/38 anos, eu era aspirante ao quadro da FIFA, eu tinha possibilidade de chegar no quadro internacional”*. Por fim, o árbitro 5 contou que foi indenizado: *“eu ganhei a causa e o valor, não sei se tu sabes, mas o valor foi de R\$ 15 mil”*. Essa foi a indenização, a qual, além de ser um valor que não reparou o estrago ocasionado na vida do então árbitro, foi o episódio que diretamente impulsionou sua aposentadoria dos gramados. O colega de apito, o árbitro 4, fez a seguinte colocação sobre o colega de profissão (árbitro 5):

“O árbitro 5 é uma minoria, a maioria gostaria de ter essa mesma personalidade, de bater de frente, de combater de gritar e de falar alto – que, cara, estamos incomodados, mas é aquela coisa [...] as responsabilidades da vida que não permite, né, mas ainda bem que existem pessoas como você [se refere ao nosso estudo] e pessoas como o árbitro 5, vocês estão levando a mensagem à sociedade. Que isso incomoda! Isso daí pode ser evitado, seja a prática do preconceito ou coisa parecida e não só com um negro, que é a diferença de raça e de questão física, é questão de aparência de questão socioeconômica.” (Árbitro 4).

Se, para o pensamento do proletariado revolucionário, o fim das classes sociais é um objetivo a se alcançar, no mesmo caminho existe uma “segunda abolição”³⁸ a ser construída pelos negros para os negros³⁹, portanto, o racismo surge na égide do imaginário social do brasileiro e se perpetua em sua estrutura social e de forma institucional ao longo dos séculos, o que o sociólogo Muniz Sodré⁴⁰ chama de racismo estrutural, pois, sem uma política de integração social, o negro ficou preso

³⁶ IANNI, O.; FERNANDES, F. *Sociologia crítica e militante*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

³⁷ IANNI; FERNANDES, 2004, p. 366-367.

³⁸ FERNANDES, F. As relações raciais em São Paulo reexaminadas. In: FERNANDES, F. *Significado do protesto negro*. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989. p. 100-109.

³⁹ FERNANDES, 1989, p. 55-64.

⁴⁰ SODRÉ, M. Diversidade e diferença. *Revista Científica de Información y Comunicación*, n. 3, 2006.

nas armadilhas do racismo e, sem acesso a condições de cidadania, nem mesmo tinha direitos básicos garantidos no período pós-escravista.

O árbitro 3, que atualmente é integrante da comissão de arbitragem da CBF, considera que a tecnologia se constituiu consideravelmente, na última década, como uma ferramenta no combate ao racismo no futebol.

“O advento do celular, ou dos jogos serem filmados, inibiu eles, não acabou, sinceramente, mas, se pegar aquilo que a gente sofria antes, que a gente está ligado hoje! Não dá para dizer que hoje isso aqui é um paraíso e não vou ouvir mais não, entendeu? E até às vezes as pessoas, que às vezes num ambiente que tenha várias pessoas, quatro que vejam e filmem, pegam mais alguns deslizes. Hoje em dia, está melhor para torcedores, mas as pessoas também estão seguradas, não está 100% não, não tá, mas são conquistas que a gente conseguiu no futebol. Andando com esse caminho, entendeu? Então, assim, eu fico claro com os colegas, mas agredido, por ser negro, eu não fui, por palavras, fazia parte o jogo, entendeu? E estou ciente de jogadores ou torcedores que poderiam falar e me chamar, mas às vezes era: ‘preto! Preto!’ Têm muitas coisas que fazem parte do campo, brigando nas quatro linhas, acontece geralmente, e é uma atitude para desestabilizar o adversário e o árbitro, para querer criar um clima.” (Árbitro 3).

Sobre o racismo, a FIFA reconhece sua responsabilidade de acabar com todas as formas de preconceito no futebol, como descrito no Artigo 3 de seu estatuto, o qual pontua que

A discriminação de qualquer tipo contra um país, uma pessoa ou grupos de pessoas por causa da raça, cor da pele, etnia, origem social, gênero, língua, religião, opinião política ou qualquer outra opinião, saúde, local de nascimento ou qualquer estatuto, orientação sexual ou qualquer outra razão é estritamente proibida e passível de punição por suspensão ou expulsão⁴¹.

Em 2019, a entidade fez uma alteração em seu código de disciplinas, que permite árbitros pararem ou até mesmo encerrarem partidas quando casos de racismo forem consumados por atletas ou torcedores. Essa alteração está disponível no site do Observatório da Discriminação no Futebol, entidade que, desde sua criação, no ano de 2014⁴², é referência no combate ao racismo no futebol nacional.

Questiona-se se a FIFA realmente busca uma solução efetiva de combate ao racismo ou se apenas acaba empurrando a responsabilidade do racismo para os

⁴¹ OBSERVATÓRIO DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL NO FUTEBOL. *Relatório anual da discriminação racial no futebol 2018*. Observatório da Discriminação Racial no Futebol, Museu da UFRGS. Porto Alegre: Museu da UFRGS, 2019.

⁴² OBSERVATÓRIO DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL NO FUTEBOL. *Relatório anual da discriminação racial no futebol 2014*. Observatório da Discriminação Racial no Futebol, Museu da UFRGS. Porto Alegre: Museu da UFRGS, 2015.

próprios árbitros que estão em campo. Eles ainda não se sentem representados e observam que ainda é necessário romper com os discursos e partir para ações que de fato possam ser pensadas para um combate efetivo ao racismo no futebol. Vale sublinhar que durante a trajetória de cada indivíduo, o futebol foi fundamental para a perspectiva de futuro e carreira profissional, estrutura econômica e social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi a partir da perspectiva interdisciplinar, tendo como base os autores trabalhados, que foi possível responder ao objetivo estabelecido para este estudo, o qual buscou analisar a questão racial no futebol brasileiro, a partir de narrativas compostas de alguns árbitros negros que atuaram no quadro de árbitros da CBF (Confederação Brasileira de Futebol) entre 1985 até 2014. Este trabalho trouxe as visões e as experiências de cinco ex-árbitros de futebol que iniciaram suas carreiras no Rio Grande do Sul.

Em síntese, concluiu-se que: 1. diversos relatos se configuram como preconceito e discriminação raciais no percurso de vida desses árbitros; 2. é possível entender a arbitragem como um espaço de discussão étnico-racial, haja vista a representatividade do futebol como um elemento presente e massificado na cultura brasileira; 3. durante suas trajetórias, os árbitros deparam-se com o racismo de forma explícita e velada, assim como com diversos conflitos e dilemas, tais como os citados nas entrevistas; 4. é possível compreender o processo sócio-histórico e suas contingências externas e influenciadoras de elementos étnicos e raciais na carreira desses árbitros negros no futebol.

As narrativas dos cinco ex-árbitros negros do futebol brasileiro mostram as nuances da manifestação do racismo e revelam as fragilidades institucionais na construção de respostas imediatas e efetivas de combate ao racismo na sociedade brasileira. O racismo, ainda que na sua manifestação direta, cruel e aberta, assume a dimensão velada, camuflada, ao reprimir o debate, as reparações e a justiça social e racial.

REFERÊNCIAS

CLANDININ, D. J.; CONELLY, F. M. *Pesquisa narrativa: experiências e história na pesquisa qualitativa*. Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEL/UFU. Uberlândia: EDUFU, 2011.

FERNANDES, F. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo: Ática, 1978.

FERNANDES, F. As relações raciais em São Paulo reexaminadas. *In: FERNANDES, F. Significado do protesto negro*. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989. p. 100-109.

FERNANDES, F. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difel, 1972.

IANNI, O.; FERNANDES, F. *Sociologia crítica e militante*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

JOVCHELOVITCH, S; BAUER, M. W. Entrevista Narrativa. *In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (org.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 90-113.

KARNAL, L. *Todos contra todos: o ódio nosso de cada dia*. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

MEIHY, J. C. S. B. *Canto de morte Kaiowá: história oral de vida*. São Paulo: Loyola, 1991.

MEIHY, J. C. S. B. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 2005.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. (org.). *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.

MEIHY, J. C. S. B.; RIBEIRO, S. L. S. (org.). *Guia prático de história oral*. São Paulo: Contexto, 2011.

MUNANGA, K. *Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte, Autêntica, 2008.

MUNANGA, K.; GOMES, N. L. Para entender o negro no Brasil de hoje. *In: AÇÃO EDUCATIVA (org.). Viver, Aprender Unificado*. São Paulo: Global Editora, 2010.

MUYLAERT, C. J. *et al.* Entrevistas Narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 48, n. 2, p. 193-199, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0080-62342014000800184&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 17 fev. 2021.

NUNES, Margarete F. “O Negro no Mundo Alemão”: cidade, memória e ações afirmativas no tempo da globalização. 2009. 254f. Tese (Doutorado) – Programa de

Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

OBSERVATÓRIO DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL NO FUTEBOL. *Relatório anual da discriminação racial no futebol 2014*. Observatório da Discriminação Racial no Futebol, Museu da UFRGS. Porto Alegre: Museu da UFRGS, 2015.

OBSERVATÓRIO DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL NO FUTEBOL. *Relatório anual da discriminação racial no futebol 2018*. Observatório da Discriminação Racial no Futebol, Museu da UFRGS. Porto Alegre: Museu da UFRGS, 2019.

SCHWARCZ, L. M. *Espetáculos das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, L. M. *O Racismo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2010.

SKIDMORE, T. E. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SODRÉ, M. *Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SODRÉ, M. Diversidade e diferença. *Revista Científica de Información y Comunicación*, n. 3, 2006. Disponível em: <http://institucional.us.es/revistas/comunicacion/3/art1.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2021.

VELHO, G. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2003.